

## **EIXO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS, FINANCIAMENTO, AVALIAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO**

### **RELAÇÃO DO GASTO ALUNO, CONDIÇÕES DE QUALIDADE E IDEB NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES.**

Gabriela Schneider

Universidade Federal do Paraná

[gabriela0905@hotmail.com](mailto:gabriela0905@hotmail.com)

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo analisar na rede escolar municipal paranaenses a relação entre o gasto aluno, condições de qualidade que englobam questões referentes a infraestrutura da escola, as condições de trabalho do professor e as de gestão democrática, e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), este tomado com um indicador de qualidade. Para tanto utiliza-se o banco de dados da Prova Brasil, 2007 e 2009, bem como dados sobre financiamento da educação e de contextualização municipal. O foco vai se dar na investigação da realidade das escolas públicas municipais que ofertam o ensino fundamental, séries iniciais. As primeiras análises apontam realidades diferenciadas e demonstram que existe uma correlação entre recursos financeiros, condições de qualidade e o IDEB, ainda que não se possa tomar essa relação como linear.

Palavras-chaves: Gasto aluno; Condições de qualidade; IDEB.

#### **APRESENTAÇÃO**

A educação enquanto processo formal é direito de todas as pessoas, inclusive aquelas que não tiveram acesso a ela na idade própria (BRASIL, 1996). Atualmente o Brasil vem avançando no que se refere à cobertura total do Ensino Fundamental e tem como meta até 2016, garantir além do direito também a obrigatoriedade de frequentar uma instituição escolar no período compreendido entre os 4 aos 17 anos, o que representa um importante avanço na ampliação do acesso educacional.

No entanto, é preciso ter ciência de que apenas a obrigatoriedade de frequentar, apesar de necessária, pode não ser suficiente para que se efetive uma educação de qualidade, conceito entendido nesse trabalho dentro da concepção de Paro que afirma que esta está ligada “[...] ao provimento do saber necessário ao autodesenvolvimento do educando, [...] trata-se de educar para o *viver bem*”. E a formação social está ligada a “[...] formação do cidadão tendo em vista sua contribuição para a sociedade, [...] adequada à realização do *viver bem de todos*”. (PARO, 2000, p. 24, grifo autor). Para a concretude do processo de ensino aprendizagem é necessário mais do que a oferta, afinal, “[...] a igualdade simples de uma

criança para cada vaga no sistema educacional só representa uma pequena parte da história da justiça na educação.” (WALZER, 2003, p. 308). Nesse sentido, entende-se ser necessário oferecer mais que a vaga, condições para que a qualidade educacional possa ser alcançada.

A relação entre as condições de oferta educacional, aqui entendida como referente aos profissionais docentes, as condições físicas e materiais da escola (que compreende infraestrutura, equipamentos e materiais pedagógicos) e a gestão escolar com a qualidade não é direta, porém entende-se que sem boas condições de oferta educacional seria ainda mais difícil o percurso em direção à qualidade educacional, especialmente para os educandos com condições sociais e econômicas desfavoráveis.

A discussão da garantia de condições de qualidade, nesse trabalho, será relacionada ao gasto educacional feito por municípios para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), haja vista que é dever desse ente federado aplicar “vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.” (BRASIL, 1988, art. 212). Haja vista o entendimento de que os recursos educacionais são importantes para a garantia de padrões mais equitativos entre as escolas, ainda que não sejam os únicos fatores explicativos e que garantam a qualidade educacional. Todavia, é importante ressaltar que tem se tomado a questão do investimento da educação como essencial para a geração de políticas que tenham como objetivo a superação das desigualdades. (CARRERIA, PINTO, 2007).

Entende-se que a análise proposta aqui é de extrema importância para ajudar a pensar políticas que sejam capazes de tornar as condições de oferta mais semelhantes entre as escolas. Afinal, estudos tem mostrado que existe uma desigualdade muito grande entre as escolas localizadas nas diversas regiões, Estados e mesmo Municípios do país como observam estudos de Oliveira (2003), Pinto (2007), Gouveia (2006) entre outros. Tal realidade tem como uma de suas bases o fato de que o Brasil optou por organizar seu sistema educacional por meio da divisão de responsabilidades pela educação em três âmbitos: Federal, Estadual e Municipal e que ao contrário dos demais países considera o Município como ente federado, sendo que atualmente se tem 5561 municípios, com realidades muito distintas no que se refere à oferta educacional, mas também a condições econômicas e sociais.

Outra questão que está diretamente relacionada a questão das desigualdades tem como referência a organização tributária brasileira, que assenta-se sobre a arrecadação de impostos que é muito diferente de acordo com o porte, nível de desenvolvimento e características do Município e/ou Estado. Sendo que esses impostos são a principal fonte de recursos para a educação e, todo Município independente de sua arrecadação é responsável por garantir

Educação Infantil e Ensino Fundamental, este último em colaboração com o Estado (BRASIL. 1988).

As disparidades no desenvolvimento socioeconômico e os problemas do padrão pouco equitativo de financiamento da educação resultam em sérias desigualdades educacionais no Brasil em relação a todas as etapas da educação. Tais desigualdades regionais obrigam a conviver realidades dispares, **impedindo que todos os cidadãos tenham acesso a serviços públicos compatíveis com sua dignidade.** (CRUZ, 2009, p. 357, grifos nossos).

Nesse sentido, esse ensaio tem como objetivo discutir qual a relação entre o financiamento da educação, representado aqui pelo gasto em MDE, com condições de qualidade e com o Índice de Desenvolvimento da Educação. Para tanto, inicia-se explicitando um pouco do percurso de construção do trabalho e posteriormente analisando os dados e estatísticas referentes à oferta de educação fundamental pelos municípios paranaenses e por fim focando-se em alguns municípios da região metropolitana de Curitiba,

## O CAMINHO PERCORRIDO

Em primeiro lugar, é importante dizer que esse estudo vem a ser um pequeno recorte das pesquisas que têm sido feitas no projeto: “Qualidade no ensino fundamental: uma leitura das condições de efetividade dos sistemas estaduais e municipais de ensino a partir de indicadores de financiamento, condições de oferta e resultados escolares”, que tem como objetivo analisar as condições de qualidade nos Estados e Municípios brasileiros, por meio da correlação entre dados financeiros, dados sobre a gestão, formação de professores e condições materiais (condições de oferta) e o resultado estudantil. Tal projeto é financiado pelo Observatório da Educação/INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior) e conta com diversos pesquisadores do Núcleo de Política, Gestão e Financiamento da Educação (NUPE) da UFPR (Universidade Federal do Paraná).

Esse trabalho por sua vez busca fazer uma leitura dos dados referente aos Municípios que compõem o Estado do Paraná, Estado este escolhido por ser no qual a pesquisadora reside e por já haverem outras informações e estudos referentes ao ente federado em trabalhos anteriores (SOUZA, DAMASO 2009, SCHNEIDER 2010, GOUVEIA 2003). As investigações realizadas aqui têm como fonte os questionários de contexto da Prova Brasil, quais sejam: escola, diretor e professor. A partir de cada um desses questionários criou-se

índices que são utilizados como indicadores da condição física, docente e de gestão escolar. Esses índices, doravante denominados Índice de Condições do Professor (ICP), Índice de Condições de Gestão (ICG) e Índice de Condições Materiais e Estruturais da Escola (ICME)<sup>i</sup> são compostos por indicadores relacionados as questões acima descritas e foram organizados para variarem dentro de uma escala de 0 a 1<sup>ii</sup> e depois foram cotejados dando origem ao Índice de Condições de Qualidade (ICQ), que é um agrupamento do ICP, ICME e ICG.

Os índices supra citados foram elaborados a partir das seguintes questões:

Índice do Professor - Formação, Carga de trabalho, Situação trabalhista, Salário e Experiência profissional;

Índice de Gestão - Salário, Forma de Provimento, Conselho de Escola, Projeto Pedagógico;

Índice de Condições Materiais e Estruturais da Escola - Iluminação e ventilação, Computadores e internet, Equipamentos eletrônicos, Material pedagógico, Condições físicas, Avaliação geral das condições físicas e materiais;

Os dados utilizados referem-se ao ano de 2007 e 2009. Por meio dos dados da Prova Brasil criou-se os índices e depois se organizou um banco de dados com informações referentes ao valor declarado pelos Municípios como destinado a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), o que está se denominando aqui de gasto, bem como o número de matrículas de cada ente federado. As análises se restringiram ao Ensino Fundamental, sendo que a média do **gasto aluno** por Município é dada como gasto nessa etapa de ensino dividido pelo número de matrículas no Ensino Fundamental.

O gasto aluno foi calculado com base nos dados coletados no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) sobre os gastos educacionais e no Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) referente às matrículas. Em relação aos recursos destinados à educação, percebe-se limites dos dados, afinal

Ainda que os números possam conduzir a diversas conclusões, a literatura desvela diferentes mecanismos de preterição do setor e de descaminho de verbas. Gomes (1994) aponta, entre os principais, a desvinculação inflacionária dos recursos, a liberação meramente formal ao fim do exercício financeiro, a distribuição silenciosa de verbas, a cessão de funcionários da educação a outros setores, as despesas previdenciárias crescentes, a falta de objetivos nítidos, a máquina dispendiosa e a debilidade dos processos de fiscalização e controle. (GOMES et. all., 2007, p. 38).

Mesmo ciente dessas limitações, acredita-se ser necessária a pesquisa e a utilização destes, também como mecanismo de ‘cobrar’ melhores informações. Voltando a questão dos valores de gasto por Municípios no Ensino Fundamental que tem como fonte o SIOPE, esses

apresentam uma outra limitação, não permitem diferenciar o que são gastos com as séries iniciais e finais, por isso, utilizou-se o valor referente a todo Ensino Fundamental. Entretanto, os dados do ICQ se referem apenas à quarta-série ou o atual quinto ano, pois o índice foi criado por série e, tendo em vista que o Paraná possui poucas escolas de Ensino Fundamental séries finais municipais, preferiu-se optar por analisar o índice apenas nas séries iniciais<sup>iii</sup>. A localização das escolas municipais de 8ª série ou 9º ano pode ser visualizada na tabela abaixo:

A existência de poucas escolas de EF séries finais e a quase totalidade das matrículas das séries iniciais nos Municípios decorre de um mecanismo que foi denominado de municipalização do ensino, sendo a obrigatoriedade da oferta responsabilidade dos Estados e Municípios. No caso PR essa responsabilidade conjunta fez com que as matrículas das séries iniciais concentrassem na rede municipal e das séries finais na rede estadual.

Segundo PINTO (2007) a municipalização do ensino teve como um de seus motivadores a criação da política de fundos por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), segundo Santos (2003) os primeiros municípios a aderirem a esse processo foram justamente os mais deficitários do ponto de vista econômico e mais dependentes do governo Estadual, o que acarretou, segundo a autora em um aumento no número de matrículas por parte dos municípios sem que houvesse condições para isso.

Atualmente o Estado do PR tem um total de 399 municípios, sendo que todos estão contemplados no banco de dados aqui utilizado, eles representam uma amostra não probabilística em relação ao banco brasileiro, sendo útil apenas para fazer inferências ao Estado em questão.

## POR DENTRO DO PARANÁ

O Estado do Paraná faz parte da região sul do país, sendo considerado um ente federado com índices satisfatórios no que se refere a aspectos sociais, econômicos e educacionais. Não se quer dizer com isso que as cidades paranaenses não possuem problemas, mas que em comparação com as demais regiões, como Norte e Nordeste, o Estado apresenta uma situação melhor. Tal realidade pode ser exemplificada pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que dá um panorama bem geral da educação, renda e longevidade dos municípios. O IDH dos municípios do PR está classificado com pontuações referentes ao indicador médio (de 0,50 a 0,799) e até elevado (acima de 8). Os dados variam entre 0,6 e 0,8 em uma escala de 0 a 1, como se pode perceber na tabela abaixo.

TABELA 2 – VARIACÃO DO IDH-MUNICIPAL – PARANÁ, 2000.

	N	Mínimo	Máximo	Média
IDHM, 2000	399	,620	,856	,74004
Casos válidos	399			

FONTE: NUPE (2012).

Porém, ainda que na análise do IDH a variação entre os municípios não seja muito discrepante, isso não significa que eles sejam mais homogêneos, especialmente em termos de arrecadação, afinal

Em 2001, por exemplo, 27% da população paranaense viviam em municípios de até 20.000 habitantes, estes municípios ficavam com 27% da receita pública estadual; enquanto na capital viviam 16% da população, sendo que, neste caso, a participação na receita pública do estado era de quase 26%. A pior situação é dos municípios médios onde, em 2001, viviam 30% da população e estes ficavam com 30% da receita pública do estado. (GOUVEIA, 2008, p. 458).

A citação acima possibilita desmistificar um pouco o que o IDH mostra afinal esse índice trabalho com o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, o que não permite a análise das desigualdades, que são muito frequentes no caso brasileiro. Além disso, não permite perceber que são diversas e díspares as arrecadações de imposto nos municípios e conseqüentemente o valor destinado à educação também o é, como é possível perceber na tabela abaixo:

TABELA 3 – MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL DO GASTO ALUNO – 2007 e 2009

	Gasto aluno 2007 390 casos válidos*	Gasto aluno 2009 387 casos válidos**
<b>Média</b>	3351,9	3901,02
<b>Mediana</b>	3175,918	3721,36
<b>Mínimo</b>	7488,053	8283,83
<b>Máximo</b>	2058,005	2285,44

FONTE: NUPE (2012) - dados tabulados pela autora

Dados corrigidos segundo INPC fevereiro 2013.

\*Foram excluídos da análise 09 municípios porque o valor do gasto era dado como valor 0, o que ia distorcer as medidas.

\*\* Em 2012 foram excluídos 12 casos devido ao mesmo problema de 2007.

As medidas de tendência central apresentadas acima ajudam a compreender um pouco a realidade dos gastos em educação nos Municípios paranaenses. Em primeiro lugar é visível um aumento dos gastos entre 2007 e 2009, o que pode indicar um investimento nessa área. Além disso, constata-se que na média dos gastos por aluno, sem entrar no mérito das ponderações, são superiores aos valores definidos pelo FUNDEB em ambos os anos, que

foram de R\$ 1236,90<sup>iv</sup> para o Ensino Fundamental urbano séries iniciais em 2007 e de R\$ 1765,24 em 2009, segundo dados do FNDE (2012). Já o valor das séries finais foi de R\$ 1361 em 2007 e R\$ 2030,03 em 2009.

Observando os valores mínimos e máximos do gasto, percebe-se, porém, que apesar dos valores serem superiores ao definido pelo FUNDEB, a diferença de gasto ainda é significativa, chegando a R\$ 4.153,00 em 2007 e R\$ 4.992 em 2009, o que mostra que mesmo havendo a tendência de crescimento no investimento, este ainda apresenta diferenças significativas<sup>v</sup>.

#### A RELAÇÃO ENTRE GASTO, CONDIÇÕES DE QUALIDADE E IDEB

As diferenças elucidadas acima, refletem nas condições de qualidade, ao analisar essas mesmas informações para os índices individualmente e mesmo para o cotejamento dos três, é visível certa heterogeneidade entre as escolas, pois o índice de condições de qualidade que varia de 0 a 1, tem valores mínimos e máximos bastante equidistantes. Outro fator que chama atenção e pode ser visto na tabela 4 é que, em geral os índices tem uma queda de 2007 para 2009, com exceção do índice do professor. A questão da deterioração da unidade de ensino em relação as condições físicas e materiais é bem visível, e se pode levantar pelo menos duas hipóteses, a piora pode estar relacionada ao não investimento em manutenção, ou mesmo uma má utilização do espaço público, quando não as duas conjuntas.

TABELA 4 – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS PARA OS ÍNDICES DE CONDIÇÕES MATERIAIS, PROFESSOR, GESTÃO E DE QUALIDADE NO PARANÁ – 2007 E 2009

	ICME 2009 (399)	ICME 2007 (397)	ICG 2009 (390)	ICG 2007 (390)	ICP 2009 (393)	ICP 2007 (395)	ICQ 2009 (385)	ICQ 2007 (385)
Média	,2781	,7236	,5071	,3562	,6088	,6362	,5003	,6345
Mediana	,2521	,7185	,4994	,3460	,6042	,6362	,4967	,6367
Mínimo	,00	,06	,18	,04	,34	,34	,28	,37
Máximo	,86	1,00	1,00	,726	,94	,92	,88	,87

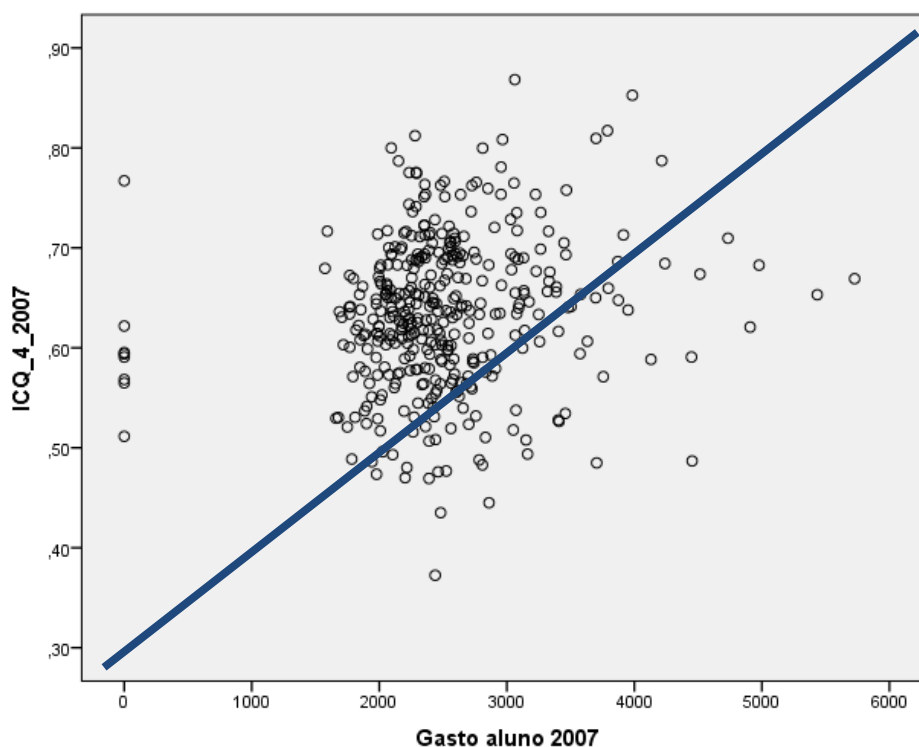
Fonte: NUPE (2012) – Dados tabulados pela autora.

Outra questão que chama atenção é o fato, que apenas no quesito referente a questão da estrutura física alcançar a média 1, ou seja, a melhor condição do índice. Assim, pode-se inferir que se a realidade de um Estado como o Paraná apresenta essa realidade, como é a condição de outros Estados e regiões. Ao mesmo tempo, supõe-se que a escola que obteve 0

em condições materiais provavelmente apresenta problemas na respostas, afinal uma escola que não tem paredes, portas, pisos, parece não existir.

Ao analisarmos um cruzamento entre o índice de condições de qualidade e o gasto aluno, percebe-se dispersões entre os municípios, com alguns se afastando significativamente dos demais, seja no que se refere às condições de qualidade, seja em relação ao gasto (gráfico 1). Chama atenção contudo, que apesar da distorção há um tendência de que melhores médias do ICQ estejam em maiores gastos.

GRÁFICO 1- DISPERSÃO ENTRE O GASTO ALUNO E O ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE QUALIDADE



Fonte: NUPE (2012)

Ao analisar o gráfico percebe-se uma predominância do gasto em torno de doía a três mil reais por aluno, sendo nessa faixa que se concentram as melhores médias, o que não é padrão para todos os Municípios, afinal, os gastos apesar de importantes e necessários não garantem um uso eficiente do recurso e nem explicam todas as diferenças entre as escolas. Ainda analisando o gráfico é possível perceber não haver uma relação linear entre o gasto e o ICQ, porém há uma tendência que quanto maior o gasto, melhor o ICQ. Há municípios que não necessariamente seguem essa regra, e entende-se que a relação não é muito linear, porque



apesar do dinheiro ser essencial para garantir as condições de qualidade, não se pode, por meio desse estudo, saber se o gasto realmente vem sendo investido corretamente e nas despesas relacionadas à MDE. Afinal, um dos problemas da questão do financiamento da educação refere-se a questão do controle social e consequentemente da fiscalização na prestação de contas dos Municípios/Estados, como aponta Davies (2003). Somado a isso, se pode supor que efeito do FUNDEB está distorcendo um pouco a realidade.

Buscando verificar um pouco melhor a relação entre os índices individualmente e o ICQ, utilizou-se o método estatístico da correlação, sendo utilizados dois modelos: Pearson, que se utiliza quando há duas variáveis contínuas, sendo um teste paramétrico, e Spearman's rho que é “[...] uma correlação de ‘rankings’ ou ‘postos’, e por isso é um teste não-paramétrico, isto é: não exige nenhum pressuposto de distribuição normal e pode ser utilizado para variáveis ordinais.” (C.F.C, 2012) Se utilizou a correlação de Spearman's rho por se estar trabalhando com variáveis não paramétricas, porém, como esse tipo de correlação é menos sensível aos casos distantes da reta, optou por utilizar também a correlação de Pearson que não tem esse problema e é a mais comum. Abaixo o resultado das correlações (tabela 5).

TABELA 5 – CORRELAÇÕES ENTRE GASTO E ÍNDICES DE CONDIÇÕES DE QUALIDADE – 2007/2009

		Gasto aluno 2007	
		SPEARMAN'S RHO	PEARSON
<b>ICQ_4_200</b>	Correlation	,160**	,183**
	Sig. (2-tailed)	,001	,000
	N	399	399
<b>Índice Condições Gestão – 2007</b>	Correlation	,070	,031
	Sig. (2-tailed)	,168	,544
	N	390	390
<b>Índice de Condições Materiais e Estruturais – 2007</b>	Correlation	,182**	,170**
	Sig. (2-tailed)	,000	,001
	N	397	397
<b>Índice de Condições do Professor- 4ª – 2007</b>	Correlation	,086	,100*
	Sig. (2-tailed)	,089	,046
	N	395	395
		<b>2009</b>	<b>2009</b>
<b>ICQ_5_2009</b>	Correlation	,170**	,170**
	Sig. (2-tailed)	,001	,001
	N	399	399
<b>Índice de Condições Materiais e Estruturais - 2009 -</b>	Correlation	,078	,108*
	Sig. (2-tailed)	,118	,031
	N	399	399
<b>Índice Condições Gestão- 2009</b>	Correlation	-,001	,026
	Sig. (2-tailed)	,982	,612
	N	390	390
<b>Índice de Condições do Professor- 2009</b>	Correlation	,197**	,247**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000
	N	393	393

Fonte: NUPE (2012). Dados tabulados pela autora.

O resultado das duas correlações elucidadas acima apresentam, em geral, resultados semelhantes, ainda que não idênticos. Mas, a análise mais global nos indica que, em ambas as correlações o Índice de Condições de Qualidade, seja em 2007 ou em 2009 apresentam correlações com o gasto aluno, ambas com dois níveis de significância. Nas ciências humanas e sociais as correlações em geral são pequenas, pois não há apenas um valor explicativo da variável. Os valores apresentados aqui mostram que essa relação entre gasto e condições não é muito forte, mas, existe, o que se considera plausível, afinal não necessariamente o gasto transforma-se em condições e, caso isso ocorra essa transposição não é direta.

Ainda observando as correlações, percebe-se a tendência de que, o ICME, ICP e ICG, sozinhos não apresentem muita relação, porém, o cotejamento dos 3 nos permite encontrar relações, mostrando também a validade do ICQ para análise da realidade educacional paranaense. Ao observar os resultados estudantis, tomados aqui a partir do IDEB e do gasto têm-se resultados semelhantes ao que ocorreu com o ICQ. Há correlações, porém elas não são muito fortes (tabela 6).

TABELA 6 – CORRELAÇÕES ENTRE GASTO ALUNO E IDEB – 2007/2009

		Gasto aluno 2007	Gasto aluno 2007
<b>IDEB 2007</b>	Correlation Coefficient	,144**	,176**
	Sig. (2-tailed)	,004	,000
	N	398	398
		<b>2009</b>	<b>2009</b>
<b>IDEB 2009 – 4</b>	Correlation Coefficient	,178**	,161**
	Sig. (2-tailed)	,000	,001
	N	399	399

Fonte: NUPE (2012). Dados tabulados pela autora.

Com o intuito de compreender melhor a relação do gasto aluno com o ICQ e o IDEB, dividiu-se o gasto em quartis<sup>vi</sup>, realizando análise no primeiro e no último, ou seja, nos 25% de municípios com menor custo aluno e os 25% com maior custo aluno. Os resultados mostram que o primeiro quartil apresenta média, mediana e o valor máximo inferior ao último quartil, o que reforça a ideia de uma relação entre esses elementos, como se percebe na tabela 7.

TABELA 7 – MÉDIA DO IDEB E ICQ POR QUARTIL – 2007/2009.

	Primeiro quartil		Último quartil	
	ICQ 2009	IDEB 2009	ICQ 2009	IDEB 2009
Média	,4847	4,941	,5234	5,268
Mediana	,4849	5,000	,5176	5,300
Mínimo	,32	3,7	,08	3,6
Máxima	,68	6,2	0,88	7,2

Nº de casos 96.

Fonte: NUPE (2012). Dados tabulados pela autora.

É importante ressaltar contudo, que apesar da média do IDEB ser maior no primeiro quartil, ou seja, nos municípios com menor custo-aluno do que no último, com maior gasto, este apresenta uma variabilidade maior entre as escolas, afinal os valores mínimos e máximos são muito distantes, variando de ,08 a ,88. Apesar da melhor condição da média, ao que parece essas escolas são mais heterogêneas. Mostrando que nem sempre há uma relação direta entre gasto e IDEB o que é plausível com o entendimento neste trabalho de que os gastos são um dos elementos das condições de qualidade.

Ao que parece na análise de todos os municípios paranaenses percebe-se um aumento do investimento em educação entre 2007 e 2009, com queda, porém, para as condições de qualidade. Além disso, apesar da variabilidade, vários municípios se apresentam com realidades mais homogêneas, o que não necessariamente expressa uma melhoria. E, ainda que o gasto aluno não consiga sozinho garantir que os alunos aprendam, um maior investimento financeiro, uma melhoria nas condições físicas das escolas, melhores condições de trabalho e gestão, ele é um importante meio para que isso possa ser organizado, afinal, como afirma Verhine (2006) “qualidade custa” (p. 64).

Sabe-se que há muito a ser feito em busca da equidade e de um padrão mínimo de qualidade, pois quase nenhuma escola alcança o nível 1<sup>vii</sup> do índice de condições de qualidade. Um bom caminho passa pelo financiamento e pela utilização desses para pensar ações que englobem melhorias nas condições de qualidade e no aprendizado do aluno. Afinal, entende-se que um investimento significativo em educação, colabora para a garantia de elementos que facilitam à escola de realizar sua tarefa primordial: a educação de qualidade. Tem-se, portanto, um grande desafio no Estado aqui analisado, e que pode ser ainda maior ao pensar-se em termos de Brasil, mas parafraseando Oliveira (2006) “Finalmente, apenas para não dizerem falei de flores esses ‘problemas’ são gerados por mais permanência e progresso das camadas populares no sistema de ensino. Afinal de contas, não era isso o que nós, educadores, queríamos?” (p. 111). Se está se discutindo o gasto, as condições de qualidade da escola e também indicadores de desempenho é porque um grande passo já foi dado, a garantia do acesso a uma educação pública para quase todos.

---

<sup>i</sup> Para maiores descrições da metodologia de criação dos índices consultar Gouveia, Souza e Schneider (2010).

<sup>ii</sup> A opção pela escala de 0 a 1 é porque ela permite que se comparem/cotejam os diferentes índices, além de ser viável para o trabalho com variáveis dicotômicas e não dicotômicas.

<sup>iii</sup> Tal opção foi feita para não complexificar a análise e porque acredita-se que essas escolas não diferem muito e são exceções nesse Estado.

<sup>iv</sup> Dados corrigidos segundo INPC fevereiro de 2013.

<sup>v</sup> Pode ser que alguns custos estejam superestimados pelo valor do FUNDEB que pode ter sido contabilizado no Município que enviou e no que recebeu, porém, a opção aqui foi trabalhar com os dados divulgados pelos Municípios no SIOPE como sendo o gasto por aluno no Ensino Fundamental.

<sup>vi</sup> Define-se quartil como “Qualquer das separatrizes que dividam uma série ordenada de observações em quatro partes, correspondentes a 25, 50 e 75% dessas observações”. (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2009).

<sup>vii</sup> Está-se tomando o valor 1 do índice de condições de qualidade como o que representa condições mínimas de funcionamento de uma escola.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: DF, dez. 1996.

CARREIRA, Denise; PINTO, José Marcelino de Resende. **Custo aluno-qualidade inicial**: rumo à educação pública de qualidade no Brasil. São Paulo: Global – Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007.

C.F.C BLOG. **Traduzindo conceitos espinhosos**. 2012 Disponível em: <http://carloscollares.blogspot.com.br/2012/03/gostaria-de-saber-diferenca-das.html>. Acesso: 21/11/2012.

CRUZ, Rosana Evangelista. **Pacto federativo e financiamento da educação**: a função supletiva e redistributiva da União – o FNDE em destaque. 434f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DAVIES, Nicholas. Tribunais de contas e seus procedimentos de verificação dos recursos da educação. RBPAE, Porto Alegre, v. 19, n.1, p. 99-115, jan/jun. 2003.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Quartil**. Disponível em: <http://www.dicio.com.br>. Acesso em 09/12/09.

FNDE. **Dados estatísticos**. Brasília: 2012. Disponível em: [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br). Acesso em: 21/12/2012.

GOMES, Cândido Alberto; et. al. O financiamento da educação brasileira: uma revisão de literatura. **RBPA**, Porto Alegre, v. 23, n.1, p. 29-62, jan/abr. 2007.

GOUVEIA, Andréa Barbosa. Orçamento Participativo da educação: limites e possibilidades uma experiência de União da Vitória. *Educar*, Curitiba, n. 22, p. 221-240, 2003.

---

\_\_\_\_\_. O financiamento da educação em municípios da região metropolitana de Curitiba/PR. IN: GOUVEIA, Andréa Barbosa; SOUZA, Ângelo Ricardo; TAVARES, Taís Moura. **Conversas sobre financiamento da educação no Brasil**. Curitiba: Editora da UFPR, 2006, p. 191-206.

\_\_\_\_\_. Financiamento da educação e o município na federação brasileira. **Revista Brasileira de Política e Administração da educação**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 437-465, set/dez, 2008.

NUPE. **Banco de dados prova Brasil 2007** organizado. UFPR: Curitiba, 2012.

NUPE. **Banco de dados prova Brasil 2009** organizado. UFPR: Curitiba, 2012.

MARTINS, Paulo de Sena; O financiamento da educação básica por meio de fundos contábeis: estratégia política para a equidade, a autonomia e o regime de colaboração entre os entes federados. 338f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2009.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Estado e Política Educacional no Brasil**: Desafios do século XXI. 120f. Tese (livre docência). Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. Uma dimensão avaliativa do FUNDEF: a desigualdade regional. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 22, jan./fev, 2003.

PARO, Vitor. Educação para a democracia: o elemento que falta na discussão da qualidade do ensino. **Revista Portuguesa de Educação**. Portugal, 13 (1), p. 23-38, 2000.

PINTO, José Marcelino de Rezende. A política de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28, n.100 – Especial, p. 877-897, out. 2007.

SANTOS, Jussara Maria Tavares Puglielli. O processo de municipalização no Estado do Paraná. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 22, p. 257-279, jul/dez 2003.

SCHNEIDER, Gabriela. **Política educacional e instrumentos de avaliação**: pensando um Índice de Condições Materiais da Escola. 250f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SOUZA, Ângelo; DAMASO, Alexandra. Análise das políticas educacionais na oferta de educação infantil na Região Metropolitana de Curitiba e Litoral do Paraná. **Jornal de Políticas Educacionais**. Curitiba: NuPE/UFPR, V.2. pp. 32- 40., 2007.

WALZER, Michael. **Esferas da justiça**: em defesa do pluralismo e da igualdade. Trad. Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VERHINE, Robert E. **Custo-aluno-qualidade em escolas de educação básica** – 2ª etapa. INEP: Brasília, 2006.